

VII CINCCI

VII Colóquio internacional
sobre Comércio e Cidade

Fortaleza, 03 a 07 de Novembro de 2020

Cidades em crise e uma nova agenda pós-pandemia: o caso do Rio de Janeiro

Cities in crisis and a post-pandemic new agenda: the case of Rio de Janeiro

Ciudades en crisis e una nueva agenda pos-pandemia: o caso del Rio de Janeiro

DA ROCHA, Ana Beatriz. PhD; Departamento de Arquitetura. Escola de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal Fluminense (TAR/EAU/UFF)

tiz.darocha@gmail.com

REIS FILHO, Paulo. DSc; Escola Superior de Propaganda e Marketing – Rio de Janeiro (ESPM-Rio)

pauloreis@espm.br

Resumo

Crises são cíclicas e afetam as cidades de forma diferente, em momentos diferentes, em circunstâncias diferentes. Cada vez mais globais, e com efeitos quase simultâneos, crises são também oportunidades de transformação. Implementados de forma a minimizar os impactos negativos de crises econômicas e/ou de políticas públicas ineficientes, processos de regeneração urbana criam “novas” áreas turísticas e/ou de entretenimento – contribuindo para a construção de uma nova imagem e identidade para as cidades. Se crises podem ser determinantes para a elaboração e implementação de políticas públicas urbanas que visam melhorar a vida das pessoas, o momento atual se faz mais urgente justamente por exigir um maior entendimento do impacto de uma crise sanitária global sem precedentes nas cidades. Ainda que aborde processos de transformação/ressignificação urbana, este artigo visa discutir a urgência em se pensar em uma agenda pós-pandemia, sobretudo no que tange o uso de espaços públicos e áreas turísticas no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Cidade. Crise. Políticas públicas

Cities in crisis and a post-pandemic new agenda: the case of Rio de Janeiro

Abstract

Crises are cyclical and affect cities differently, at different times and in different circumstances. Increasingly global, and with almost simultaneous effects, crises are also opportunities for transformation. Implemented in order to minimise the negative impacts of economic crises and/or inefficient public policies, urban regeneration processes created “new” tourist and/or entertainment areas – contributing towards



VII CINCCI

VII Colóquio internacional
sobre Comércio e Cidade

Fortaleza, 03 a 07 de Novembro de 2020

the construction of a new image and identity for cities. If crises can be determinant to the elaboration and implementation of urban public policies that aim to improve people's lives, the present moment is more urgent precisely because it demands a deeper understanding of the impact of an unprecedented global health crisis in cities. Although it comments on urban regeneration/re-signification processes, this article aims to discuss the urgency of thinking of a post-pandemic agenda, particularly in regard to the use of public spaces and tourist areas in Rio de Janeiro.

Keywords: City. Crisis. Public Policies

Ciudades en crisis y una nueva agenda pos-pandemia: el caso de Río de Janeiro

Resumen

Las crisis son cíclicas y afectan las ciudades de manera diferente, en diferentes momentos y en diferentes circunstancias. Cada vez más global, y con efectos casi simultáneos, las crisis también son oportunidades para transformación. Implementados para minimizar los impactos negativos de las crisis económicas y/o políticas públicas ineficientes, los procesos de regeneración urbana crean "nuevas" áreas turísticas y/o de entretenimiento, contribuyendo a la construcción de una nueva imagen e identidad para las ciudades. Si las crisis pueden ser decisivas para la elaboración e implementación de políticas públicas urbanas que tengan como objetivo mejorar la vidas de las personas, el momento actual es más urgente precisamente porque exige una mayor comprensión del impacto de una crisis de salud global sin precedentes en las ciudades. Aunque aborda los procesos de transformación/reformulación urbana, este artículo tiene como objetivo discutir la urgencia de pensar en una agenda pos-pandémica, especialmente en respecto al uso de espacios públicos y áreas turísticas en Río de Janeiro.

Palabras clave: Ciudad. Crisis. Políticas Públicas

1 Introdução: cidades, crises e oportunidades

Crises são cíclicas – e seus efeitos, em menor ou maior grau, têm impacto nas cidades. Ao longo do século XX, as crises (econômicas, sociais, políticas, sanitárias, humanitárias, etc..) se tornaram cada vez mais amplas, recorrentes e generalizadas – ou seja: seus impactos deixaram de ser específicos e/ou localizados e passaram a ser percebidos em escala global, ainda que não simultaneamente. Dentre as mais recentes ¹, talvez a crise econômica de 2008-2010 tenha sido a mais amplamente disseminada (e quase simultaneamente percebida) nos países ao redor do mundo devido ao efeito devastador no cotidiano das pessoas – seja pela diminuição de renda, aumento do desemprego, crescente vulnerabilidade, ingerência dos governos, falência do sistema de bem-estar social, desregulamentação do sistema de livre mercado, caos social ou uma combinação destes fatores. Em termos gerais, o que começou como uma crise de liquidez dos bancos devido à bolha imobiliária nos EUA ², se tornaria uma das maiores crises fiscais do mundo.

Como em um processo de causa e efeito, a crise de 2008-2010 gerou impactos diferenciados de acordo com o momento político-econômico de cada país. No Brasil, o bom desempenho econômico nos anos 2000 se deu pelo substancial aumento no preço das *commodities* (matérias primas) exportadas, impulsionado pela crescente demanda da China, levando à implementação de políticas de incentivo ao consumo (sobretudo interno). Os bons resultados econômicos criaram uma expectativa de crescimento exponencial sustentado – retardando, de certa forma, o impacto da crise no país. Entretanto, se os anos 2000 foram particularmente positivos em termos de crescimento econômico, resultando, inclusive, na implementação de políticas públicas culturais e urbanas mais abrangentes, os anos 2010 seriam muito mais sensíveis à fatores externos – como, por exemplo, a desaceleração do consumo/produção mundial e, claro, aos efeitos tardios da crise de 2008-2010.³

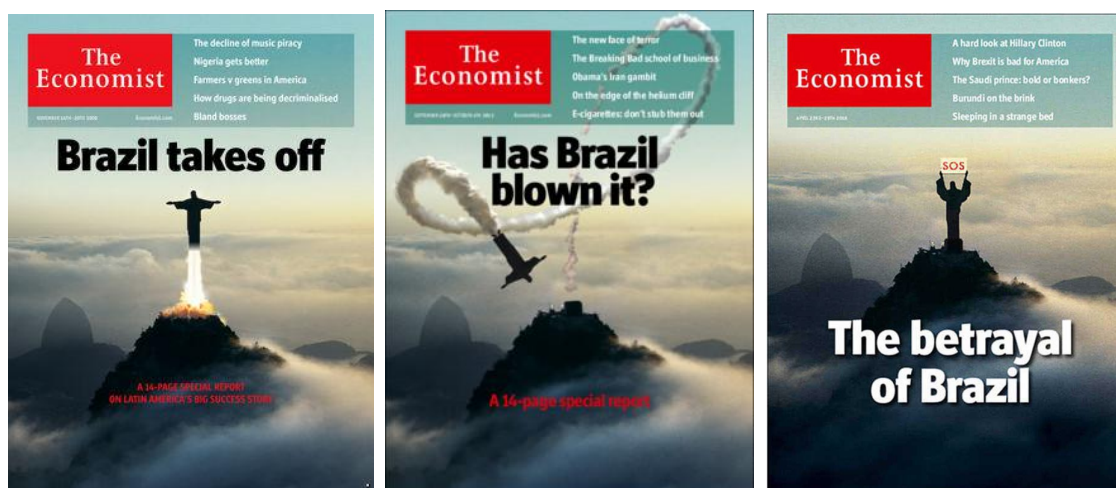
As evidências eram vistas desde 2011, quando o PIB começou a desacelerar, o índice de desemprego e a inflação começaram a subir, e as crises políticas se

¹ O processo de “descongelamento” da Guerra Fria, que levou à queda do muro de Berlim, em 1989, e ao desmembramento e posterior emancipação/ abertura dos países-membro da União Socialista das Repúblicas Soviéticas, a partir de 1990; as crises financeiras do México, em 1994, e dos Tigres Asiáticos (Tailândia, Malásia, Indonésia, Filipinas, Coreia do Sul e os territórios independentes de Taiwan e Hong-Kong, na China), em 1997; as consequências da “Década Perdida” nas economias dos países Latino-Americanos; as crises humanitárias e guerras (étnico-religiosas) na África, no Leste Europeu, no Oriente Médio; as “Guerras ao Terror” e bombardeios em países como EUA, Reino Unido, Espanha, Alemanha, Dinamarca, e países do Oriente Médio e África, dentre tantas outras, são exemplos de crises vistas nos anos 1990-2000.

² Crise ocasionada pela grande oferta de crédito, pela supervalorização dos imóveis e inadimplência no pagamento das prestações da hipoteca que, transformadas em títulos no mercado, levou os investidores (empresas, seguradoras e sobretudo bancos) à falência.

³ Apesar de o Brasil ter sido um dos últimos países a sofrer os efeitos da crise econômica global de 2008-2010, os impactos seriam sentidos mais profundamente a partir da década de 2010. A pouca demanda por *commodities* devido à queda do consumo mundial afetou a economia do país. Por outro lado, o incentivo ao consumo no mercado interno e a ampla oferta de crédito sustentaram o aquecimento da economia momentaneamente. Mas os efeitos dessa política de incentivos à curto prazo, somados à crise mundial e à crescente instabilidade política, levaria o país à recessão. <http://especiais.g1.globo.com/economia/2016/ultimos-anos-de-recessao-no-brasil/>

intensificaram, levando o país à recessão a partir de 2014 – com índices de crescimento pífios desde então. No Rio de Janeiro, ainda que os efeitos da crise fossem visíveis desde 2014, eles seriam mais profundamente sentidos após as Olimpíadas, em 2016. As turbulências político-econômicas, observadas desde 2013, têm sido, talvez, um dos fatores mais preponderantes na dificuldade em manter as políticas públicas urbanas, de cunho mais inclusivo, que vinham sendo implementadas.



Figuras 1-3: The Economist (2009, 2013 e 2016) – fragilidade político-econômica do Brasil

Fonte: <https://www.economist.com/printedition/2009-11-14>
<https://www.economist.com/leaders/2013/09/27/has-brazil-blown-it>
<https://www.economist.com/leaders/2016/04/23/the-great-betrayal>

De certo, crises político-econômicas afetam substancialmente a capacidade de gerar riquezas, de prover o bem-estar social, de manter/implementar políticas públicas para melhorar a vida das pessoas. Entretanto, é importante ressaltar que várias outras crises, de caráter humanitário, sanitário, religioso aconteceram no interim dessas crises de cunho essencialmente econômico. Foram guerras, ataques terroristas, fundamentalismo religioso, diásporas de povos ao redor do mundo, crescente violações aos direitos humanos, aumento da desigualdade, fome e pobreza ⁴ – sem que estes fatos tivessem tido um real impacto na discussão da economia mundial. ⁵

Por outro lado, os cada vez mais frequentes desastres ambientais passaram a ser tema de políticas públicas e econômicas – sobretudo após eventos como as Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Rio-92 e Rio + 20, e o United Nations Climate Change Forum, por exemplo, o ativismo de celebridades e o grande apelo popular do tema. Apesar de relacionados, o tema da saúde pública parece não ter a mesma relevância. Dentre os diversos surtos de

⁴ <https://ourworldindata.org/terrorism>; <https://www.dni.gov/nctc/timeline.html>;
<https://ourworldindata.org/human-rights>; <https://ourworldindata.org/hunger-and-undernourishmen>;
<https://ourworldindata.org/extreme-poverty>

⁵ Ações do World Economic Forum tendem, em geral, a não considerar problemas de ordem não-econômica – o que leva autoridades de fóruns como o ONU, WHO, Greenpeace, Amnesty International, MSF, dentre outros, a contestarem as ações de cunho essencialmente econômico-desenvolvimentista - <https://www.weforum.org/>

doenças que ocorreram no período entre 2010-2020 ⁶, nenhuma teve o alcance global em tão pouco tempo como o surto do novo SARS-CoVID-19 – o que mudou o cenário (e o discurso) político consideravelmente.

Se estas muitas crises de natureza não-econômica tendem (ou tendiam) a não impactar substancialmente as políticas públicas urbanas, (aparentemente) o surto do SARS-CoVID-19 alterou o *status quo*, uma vez que forçou o mundo a repensar suas práticas sociais e as políticas de orientação essencialmente desenvolvimentistas. A proliferação de um vírus com força destruidora ⁷ (e sobre o qual pouco se sabe) obrigou o isolamento social como forma de impedir um maior alastramento, uma vez que ainda não há vacina ou remédio para imunizar as pessoas. Ou seja: este novo vírus e esta nova doença – por afetarem diretamente não só a economia dos países, mas sobretudo os costumes e regras de convívio sociais – deverão alterar o entendimento de como se pensar e ocupar as cidades em tempos pós-pandemia.

2 Políticas públicas urbanas: a agenda “regeneradora”

Antes do surto do novo coronavírus no mundo, havia um consenso de que a indústria do turismo (atrelada a uma agenda consistente e constante de megaeventos) era uma das atividades econômicas mais lucrativas, com um crescimento exponencial de receitas bastante significativo – e no Brasil não era diferente ⁸. O gráfico abaixo indica o aumento do número de chegadas internacionais, que alcançou 1.4 bilhões de turistas em 2018.

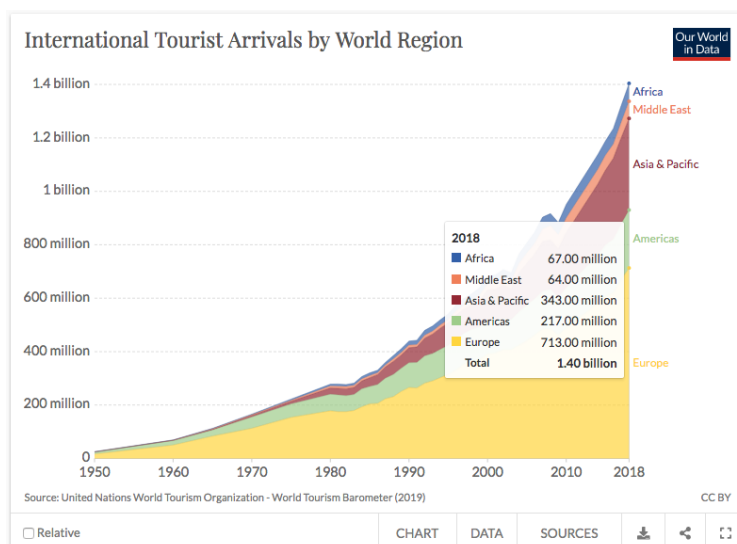


Figura 4: chegadas de turistas internacionais por região no mundo

Fonte: <https://ourworldindata.org/tourism>

⁶ <https://www.who.int/csr/don/archive/year/en/>

⁷ Em fins de Maio de 2020, os números oficiais indicam que mais de 5.8 milhões de pessoas infectadas e mais de 360.000 mortes – e os números ainda não param de crescer. No momento, os países com o maior número de casos são EUA, Brasil, Rússia, Reino Unido, Espanha e Itália. <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>; <https://covid19.who.int/>

⁸ <https://ourworldindata.org/tourism>; <http://www.dadoséfatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05.html>

No caso específico do Rio de Janeiro, uma série de estudos ⁹ constata o relativo sucesso e/ou aumento substancial da atividade turística nos últimos anos, particularmente se considerada a projeção internacional da cidade como capital-sede de diversos megaeventos de cunho esportivo (Jogos Pan-Americanos, em 2007, Copa do Mundo FIFA, em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, em 2016); religioso (XXVII Jornada Mundial de Juventude, em 2013); ambiental/sustentável (como as Conferências Rio 92 e Rio + 20); ou mesmo de entretenimento (Rock in Rio) – além, claro, de uma miríade de celebrações de caráter popular como o carnaval, as celebrações de ano-novo na praia de Copacabana e festas diversas que acontecem anualmente.

Mesmo sediando eventos de grande porte regularmente, há um consenso de que as iniciativas poderiam (e deveriam) ser mais amplas e melhor organizadas, de modo que existissem atividades de diversos escopos, para diversos gostos (e bolsos) e melhor distribuídas ao longo do ano. De acordo com estudos da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a criação de uma agenda de eventos resultaria na criação de postos de trabalho e em um aumento significativo de receitas. Assim, não foi surpresa o anúncio, em setembro de 2017, de uma parceria entre as três esferas de governo e a iniciativa privada para fomentar a atividade turística e econômica na cidade e no Estado – como o proposto no programa “Rio de Janeiro a Janeiro”.¹⁰

Um outro movimento, de caráter espontâneo, mas com grande impacto na mídia e na indústria do turismo, são as campanhas publicitárias que reforçam a importância desta atividade para alavancar as potencialidades socioeconômicas da cidade. Movimentos como “Reage, Rio!”, “Rio eu te amo”, “Diga ao Rio que fico”, dentre muitos outros, incentivam o investimento na vocação turística da cidade, tendo a adesão de nomes e empresas importantes no setor ¹¹. O discurso é que a cidade já tem uma infraestrutura bastante consolidada (hotéis, aeroportos, modais de transporte, eventos, pontos turísticos, etc..) e que poderia absorver um número de turistas mais expressivo, caso a oferta de (mega)eventos se consolidasse de

⁹ O anuário estatístico do Ministério do Turismo indica uma tendência ao crescimento da atividade turística no Estado do Rio de Janeiro, entre 2004-2018 (<http://www.dadosfatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05.html>).

Dados sobre números de hospedagens (<http://riodejaneirohotel.com.br/site/br/lista-estatisticas>) e mapa com o aumento de turistas (<http://www.turismo.gov.br/assuntos/8154-mapa-do-turismo-do-rio-de-janeiro-cresce-e-estado-tem-89-munic%C3%ADpios-com-potencial-tur%C3%ADstico.html>) confirmam o aumento da atividade na cidade e no Estado do Rio de Janeiro.

Um estudo sobre a economia do turismo, com dados entre 2003-2009, foi produzido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/turismo/9081-economia-do-turismo.html?=&t=o-que-e>).

A Secretaria Estadual de Turismo do Rio de Janeiro produziu um estudo sobre a atividade turística na cidade do Rio de Janeiro, entre 2012-2014. Em relação à região portuária do Rio de Janeiro, o SEBRAE publicou um estudo sobre a percepção turística da região em 2016

(<https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Anexos/Percep%C3%A7%C3%A3o%20tur%C3%ADstica%20Regi%C3%A3o%20Portu%C3%A1ria%20Alta%20Temporada.pdf>)

¹⁰ <http://www.riodejaneiroajaneiro.com.br/>; <http://cultura.gov.br/programa-rio-de-janeiro-a-janeiro-eventos-culturais-desportivos-e-corporativos-tiveram-impacto-de-r-8-8-bilhoes-na-economia-fluminense/>

¹¹ <https://oglobo.globo.com/economia/marcas-dos-cariocas-2019/rio-cidade-que-tem-vocacao-para-estar-no-palco-1-2412239>; <https://oglobo.globo.com/economia/rio-sai-da-ressaca-pos-olimpiada-atrai-eventos-que-trarao-4-bi-cidade-23904033>; <https://oglobo.globo.com/rio/cinquenta-propostas-feitas-no-reage-rio-para-virar-jogo-21779006>

forma mais consistente. Assim, um calendário de eventos oficiais atrairia cada vez mais turistas e ampliaria a oferta de empregos – possibilitando, inclusive, mais investimentos. Inquestionavelmente, a estrutura criada para sediar as Olimpíadas Rio-2016 poderia ser melhor utilizada, se a proposta prosperasse – particularmente os arredores do Parque Olímpico e a região portuária que, mesmo não tendo equipamentos olímpicos, foi contemplada com uma série de melhorias urbanas que modificaram a imagem e a identidade daquela área.

2.1 Transformações urbanas na região portuária do Rio de Janeiro

Antes das intervenções “olímpicas”, é importante comentar sobre as políticas públicas urbanas adotadas desde os anos 1990, em repostas à crises que, em maior ou menor grau, atingiram as cidades. Ainda nos anos 1980, a implementação de políticas públicas urbanas de foco preservacionista, incluindo a reabilitação de edifícios históricos como espaços de uso cultural, estabeleceram parâmetros de intervenção em centros urbanos levando em consideração o patrimônio edificado e seu entorno – contribuindo para salvaguardar uma significativa parte das ambiências nos centros históricos das cidades. No Rio de Janeiro, foram desenvolvidos uma série de estudos e ações no sentido de se “regenerar”, “requalificar” e “reconfigurar” uma vasta área da cidade que, de certa forma, vinha passando por um processo de esvaziamento e decadência de suas estruturas sociais e urbanas em decorrência do declínio das economias pós-industriais.

A implementação de propostas como a Área de Proteção Ambiental da Saúde, Gamboa e Santo Cristo (APA-SAGAS, 1988) – desdobramento do projeto Corredor Cultural (1984), as Áreas de Proteção do Ambiente Construído (APACs, 1992), e o Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro (2001) – revisão dos Plano de Desenvolvimento Urbano do Porto do Rio de Janeiro (1989) e Plano Diretor Decenal (1992), gradualmente consolidaram a ideia de se recuperar (em um sentido amplo) as potencialidades econômicas, sociais, culturais e históricas no centro da cidade do Rio de Janeiro, como também orientaram o caráter das propostas/investimentos na/para região.¹²

Contudo, a oportunidade de se intervir mais incisivamente na região portuária veio com a confirmação para a cidade sediar os XXXI Jogos Olímpicos, em 2016. Mesmo que hoje pareça ter sido uma decisão acertada, sobretudo pelo relativo sucesso de público durante e pós-megaeventos, a inclusão da região portuária como parte do “discurso olímpico” (i.e. regenerador) se mostrou complexa: a região não tinha grandes apelos turísticos; não fazia parte do processo de reestruturação e ressignificação urbana como observado em trechos de “importância histórica e cultural” (Corredor Cultural e APACs); tinha problemas de infraestrutura significativos; e sofria com processos de degradação física e simbólica e um grande esvaziamento populacional.

¹² A premissa destas propostas era a preservação e/ou recuperação do patrimônio material e imaterial da região central do Rio de Janeiro, indicando parâmetros de intervenção no centro histórico e prevendo, de certo modo, a reinserção (econômica, social, cultural e espacial) da zona portuária no tecido urbano da cidade.

Neste sentido, a Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha, criada pela Lei Complementar 101/2009 ¹³ e anunciada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em 2009 ¹⁴, se propôs a “reinventar” este trecho da cidade como uma área de turismo e de entretenimento, tendo como projetos-âncora: o Museu de Arte do Rio (Bernardes + Jacobsen Arquitetura, 2013) e o Museu do Amanhã (Santiago Calatrava, 2016), na Praça Mauá; os “novos” Aquário Municipal e o Armazém da Utopia, na Gamboa (*retrofit* de estruturas industriais antigas); a construção de edifícios de uso corporativo (se valendo dos Certificados de Potencial Adicional de Construção – CEPACs) ¹⁵; a provisão de melhorias na infraestrutura (com a abertura da via Binário do Porto, dos Túneis Rio 450 anos e Marcello Alencar, a implementação de bondes elétricos/VLT e a demolição do Viaduto da Perimetral); e a completa reestruturação de usos, formas e funções de estruturas industriais e também do espaço urbano circundante.



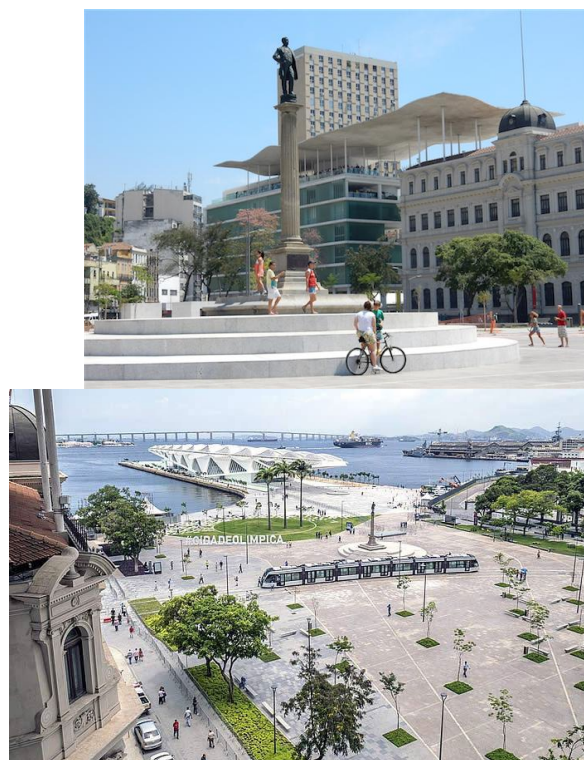
Figura 5: ressignificação espacial – vistas do Boulevard Olímpico e VLT

Fonte: <https://oglobo.globo.com/rio/boulevard-da-orka-conde-aberto-ao-publico-19255055#ixzz480JgNOiK>

¹³ <https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/lei-complementar/2009/10/101/lei-complementar-n-101-2009-modifica-o-plano-diretor-autoriza-o-poder-executivo-a-instituir-a-operacao-urbana-consorciada-da-regiao-do-porto-do-rio-e-da-outras-providencias>

¹⁴ <https://www.portomaravilha.com.br/artigosdetalhes/cod/15>

¹⁵ A emissão e venda destes certificados criariam possibilidades de se investir e financiar operações urbanas que visam recuperar áreas degradadas – onde 3% do valor seria destinado à valorização do patrimônio material e imaterial da região. Na prática, contudo, os CEPACs são instrumentos de especulação imobiliária: alteram a legislação local vigente; criam novas normas específicas de uso do solo e de parâmetros urbanísticos e ambientais; aumentam o gabarito (altura) das edificações, sobretudo as de uso corporativo; além de modificar substancialmente as características do entorno construído existente. Entretanto, com a crise financeira no Estado e na cidade do Rio de Janeiro, os CEPACs se mostraram insuficientes para promover a “regeneração urbana” na região portuária. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/04/1877953-zona-portuaria-do-rio-vive-no-financeiro.shtml>; <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,caixa-economica-tenta-solucao-financeira-para-salvar-porto-maravilha,70002467473>; <http://www20.caixa.gov.br/Paginas/NaMidia/Noticia.aspx?inmeID=330>; <http://portomaravilha.com.br/web/cepac/index.html>; http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/apresentacoes/PORTO_MARAVILHA_GERAL_JUNHO_2017_.pdf; <http://portomaravilha.com.br/artigosdetalhes/cod/10>



Figuras 6-7: vistas da “nova” Praça Mauá – Museu de Arte do Rio e Museu do Amanhã

Fonte: os autores, 2016

Certamente, este “efeito regenerador” contribuiu para a construção de uma nova imagem e identidade para a região portuária do Rio de Janeiro. Contudo, mesmo que tardiamente, os efeitos da crise mundial de 2008-2010 começaram a se fazer evidentes. Além da crise político-econômica interna, houve também uma grande queda de receita/arrecadação e a derrubada do preço do petróleo no mundo – o que, para uma cidade e Estado dependentes dos royalties do petróleo e do pré-sal, seria determinante para o colapso das contas públicas. A crise fiscal e financeira pela qual o Estado e a cidade do Rio de Janeiro vêm atravessando desde 2016, trouxe sérias consequências para a região.

Considerando as diversas dificuldades pós-euforia com as Olimpíadas ¹⁶, há em curso um processo (ainda não consolidado) de transformação da imagem e da identidade da região portuária. Assim, e de acordo com as ações e políticas de incentivo ao turismo, uma série de eventos (de caráter midiático) passou a fazer parte do calendário da cidade, explorando as “potencialidades culturais e/ou criativas” da área.

¹⁶ Sobre os diversos revezes ver: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/zona-portuaria-do-rio-e-a-que-mais-tem-predios-desocupados-na-cidade.ghtml>; <https://vejario.abril.com.br/cidades/zona-portuaria-se-prepara-para-ver-seus-arranha-ceus-ocupados/>; <https://diariodoporto.com.br/novo-codigo-de-obras-do-rio-caixa-emperra-o-porto/>; <http://portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/4628>; <https://diariodoporto.com.br/prefeitura-nao-paga-e-linha-3-do-vlt-nao-funciona/>; <https://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-decide-entrar-na-justica-contra-caixa-economica-23299189>; <https://diariodoporto.com.br/presidente-da-caixa-deve-dar-prioridade-ao-porto-maravilha/>; <https://apublica.org/2018/02/porto-maravilha-corre-o-risco-de-parar-novamente-em-2018/>



Figura 8: eventos “criativos” na região portuária

Fonte: montagem dos autores (com base nos sites: <https://www.piermaua.rio/>;
<https://www.vesterio.rio/>; <http://visit.rio/evento/semana-design-rio/>;
<http://eventos.oglobo.globo.com/semana-design-rio/2017/o-evento/>;
<http://www.21gramas.blog.br/2016/12/rua-city-lab-cidades-para-pessoas.html>)

Esta transformação na imagem e identidade da região portuária está em sintonia com conceitos como “Cidade Criativa”, “Cidade Inteligente”, etc.. que, ao criar “marcas” para as cidades, passam a disputar investimentos, talentos, corporações ávidos por fazer parte do mundo globalizado. Por outro lado, e de modo a valorizar a atividade turística, burocratas e autoridades competentes cogitaram instalar quiosques na Orla Prefeito Luiz Paulo Conde – tendo como base o “sucesso” dos quiosques da orla da Zona Sul carioca. Já no Boulevard Olímpico, nas imediações do Aqua-Rio (o aquário municipal) e do edifício AQWA Corporate (projeto de Foster + Partners), ergueu-se um roda gigante, com 80 metros de altura, para dar mais “atratividade” ao local.



Figuras 9-10: a roda gigante “Rio Star” e os contrastes urbanos/sociais da região portuária – VLT, edifícios abandonados e o Morro da Providência ao fundo.

Fonte: <https://www.otempo.com.br/super-noticia/super-tv/maior-roda-gigante-da-america-latina-e-inaugurada-no-rio-de-janeiro-1.2270735>
<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2019/09/5678139-roda-gigante-sera-novo-ponto-turistico-da-regiao-portuaria-do-rio.html>

Esta gradual mudança na orientação dos empreendimentos e/ou políticas públicas urbanas na região portuária se deu em resposta aos reflexos, ainda que tardios, da crise econômica de 2008-2010 – somados, evidentemente, às crises internas e à falência das finanças públicas, vistas desde 2016. De certo, a intenção foi transformar a região uma área turística e de entretenimento. Mas, se em um primeiro momento o foco era a provisão de equipamentos públicos de uso educacional/cultural, hoje a tendência é salientar o caráter especulativo dos empreendimentos – o que induz à implementação de uma série de políticas públicas que visam a completa reestruturação da imagem e identidade do lugar.

Como uma “fórmula”, essas ações são em resposta às diversas crises (sobretudo político-econômicas), cujo intuito é “recuperar” áreas degradadas nos centros urbanos – principalmente no sentido de (re)inventar as cidades através do (re)desenho de suas áreas vazias, onde novas arquiteturas (espetaculares) e a ressignificação dos espaços públicos degradados visam alterar a imagem do lugar. Contudo, o caráter destes empreendimentos tende a se modificar dependendo do impacto da crise – indo de políticas públicas mais inclusivas (se há um certo lastro de incentivo fiscal) à políticas públicas mais especulativas (se há uma completa falta de subsídios públicos).

No caso específico da região portuária do Rio de Janeiro, houve, em um primeiro momento, uma gradual apropriação e incorporação dos ritos, tradições, culturas e histórias locais como parte do discurso de “revitalização” do lugar – a transformação de sítios históricos em locais turísticos evidencia o consumo destes lugares como *commodities* culturais. Assim, elementos característicos locais foram incorporados aos discursos oficiais e transformados em políticas públicas culturais e urbanas: a criação de um Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana possibilitou resgatar, em tese, elementos históricos importantes outrora esquecidos.



Figura 11: Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana

Fonte: <http://oglobo.globo.com/rio/pequena-africa-roiteiro-em-homenagem-ao-continenteganha-novas-atracoess-18964630>

Entretanto, uma vez que os recursos públicos e incentivos fiscais começaram a diminuir, houve uma gradual mudança no escopo das ações e políticas públicas na região. Ainda que o foco tenha sido incentivar o turismo e, simultaneamente, criar possibilidades de especulação imobiliária (sobretudo via CEPACs) na região portuária, houve a necessidade de se diversificar as potencialidades do local. Assim, como parte do discurso (oficial, promovido pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e por órgãos governamentais), uma série de eventos (de caráter midiático) passaria a fazer parte do calendário da cidade, explorando as “potencialidades culturais e/ou criativas” da região.

Esta mudança de orientação dos empreendimentos dependem, de certa forma, da circulação de gentes, de capital, de ideias que impulsionam investimentos e possibilidades – o que ficou bastante comprometido devido à crise atual. Se em um primeiro momento foi importante “(re)descobrir” a história, as culturas e os modos de vida da região portuária, de forma a incorporá-los como (discurso das) políticas públicas implementadas, percebeu-se, durante a preparação para as Olimpíadas, a necessidade de “diversificar” estas políticas incluindo, notoriamente, uma nova regulamentação fundiária que privilegiaria a construção de imponentes edifícios, além de mirar em um segmento social-profissional específico (os “criativos”) para ocupar estes empreendimentos – transformando-os, edifícios e pessoas, em símbolos deste novo momento.

Isso, contudo, parece ter sido há décadas atrás. Hoje, o mundo vive uma nova e assustadora realidade. As crises (principalmente econômicas) por serem cíclicas e, de certa forma, contornáveis a médio prazo, criaram um sistema de “soluções” muito facilmente adaptável à realidades distintas – como foram os processos de regeneração urbana visto em cidades tão diferentes (mas também tão similares em suas respostas às crises) como Barcelona, Berlim, Bilbao, Buenos Aires ou Rio de Janeiro. Ou seja: a crise econômica criou uma “fórmula” aplicável à situações diversas, mas cujo objetivo era, sempre, a “revitalização” de uma área degradada via especulação e gentrificação.

Mas e agora, que uma crise sanitária sem precedentes, de proporções globais, nos força a ficar reclusos e rever conceitos e soluções?

3 Conclusão – uma nova agenda pós-pandemia

Antes da pandemia, a crença em que a indústria do turismo seria a salvação de economias oscilantes era tão real que diversas ações (em escala global) foram implementadas no intuito de incentivar o deslocamento e o consumo em massa. Nunca tinha sido tão fácil viajar – seja pelas tarifas cada vez mais econômicas, pelos diversos modais interligados, pela imensa infraestrutura disponível, pelas facilidades de trânsito entre os lugares, pela diminuição da burocracia, etc.. Porém, houve uma mudança drástica no setor, afetado pela necessidade de isolamento social e queda abrupta na circulação de pessoas pelas ruas ao redor do mundo. Autoridades sanitárias, econômicas, políticas internacionais (World Health Organization, World Economic Forum, European Parliament, European Commission, C-40 Cities, etc..) tentam regulamentar o processo de fechamento/abertura das atividades econômicas e de lazer. Contudo, os protocolos de abertura gradual das atividades indicam uma lenta recuperação do setor turístico,

particularmente pelo medo de novas ondas de contágio e a inexistência de vacinas ou tratamentos seguros para o controle do vírus e da doença.¹⁷

Neste sentido, onde medos e incertezas dominam o futuro próximo, e impossibilidades reais de tráfego são (ainda) impostas em muitos lugares, como promover o turismo em massa? Como voltar aos padrões pré-pandemina, de livre trânsito, livre fluxo e livre comércio/consumo? A resposta, talvez, seja o redirecionamento do foco das políticas públicas. Ao invés de ter como meta o grande fluxo de viagens internacionais e a especulação/implementação de políticas urbanas neoliberais, como visto até então, talvez seja necessário incentivar as práticas mais cotidianas de uso do espaço público. Se utilizar da (até agora) impossibilidade de viajar grandes distâncias e favorecer a (re)descoberta dos atributos, das belezas, da história e da memória dos lugares de modo a incentivar a visitação destes espaços pelas populações locais/regionais. Investir nos pequenos comércios e nas comunidades para impulsionar a economia local. Incentivar ações de cunho educativo/cultural/solidário de modo a consolidar práticas participativas/colaborativas na preservação/manutenção do espaço público, etc..

No caso específico da região portuária do Rio de Janeiro, a solução seria talvez, voltar ao estágio anterior à especulação *per se* (megaeventos, CEPACs, etc..) e resgatar ações com foco nas populações locais. A Lei Complementar 101/2009, que criou a Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha, define diretrizes para implementar ações que integrem e promovam o desenvolvimento socioeconômico da população local, com objetivo de recuperar e valorizar o patrimônio histórico, artístico e cultural (material e imaterial) da região portuária. De acordo com estas diretrizes dois programas foram criados: o Porto Maravilha Cidadão e o Porto Maravilha Cultural¹⁸ – cuja função seria articular ações do poder público e parcerias com o setor privado para apoiar/fomentar iniciativas que promovam a inclusão dos residentes na preservação da memória do lugar. Estas ações, ainda que promovam o consumo das tradições e memórias locais *commodities* culturais poderiam, em tese, ajudar na recuperação (lenta e gradual) dos espaços públicos urbanos, considerando as potencialidades e demandas específicas, e respeitando os protocolos e diretrizes de saúde pública necessários. Ou seja: o ideal seria, por ora, focar no local e reestabelecer as suas potencialidades em termos materiais e imateriais. As ambições de caráter global seriam uma decorrência natural das boas práticas e de políticas públicas locais consolidadas, a serem implementadas quando a pandemia passar.

4 Referências

-
- ¹⁷ <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/travel-advice>;
<https://www.weforum.org/agenda/archive/aviation-and-travel>;
[https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2020/649368/EPRS_ATA\(2020\)649368_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2020/649368/EPRS_ATA(2020)649368_EN.pdf);
https://ec.europa.eu/info/live-work-travel-eu/health/coronavirus-response_en;
https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_20_854;
https://www.c40.org/press_releases/global-mayors-covid-19-recovery-task-force
- ¹⁸ https://www.portomaravilha.com.br/porto_cidadao;
https://www.portomaravilha.com.br/porto_cultural

BRESSER-PEREIRA, L. C.; GONZALES, L.; LUCINDA, C. R. Crises financeiras nos anos 1990 e poupança externa. **Nova Economia**, v 18, nº 3, pp 327-357, 2008. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/20818/S0103-63512008000300001.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

C40 CITIES. **Global Mayors Launch COVID-19 Economic Recovery Task Force**. 15 April 2020. Disponível em https://www.c40.org/press_releases/global-mayors-covid-19-recovery-task-force

EUROPEAN COMMISSION. **Tourism and Transport in 2020 and beyond**. 13/05/2020. Disponível em https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/communication-commission-tourism-transport-2020-and-beyond_en.pdf

NIESTADT, M. COVID-10 and the tourism sector. **European Parliament Research Service**. March 2020. Disponível em:

[https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2020/649368/EPRS_ATA\(2020\)649368_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2020/649368/EPRS_ATA(2020)649368_EN.pdf)

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Impacto Econômico do COVID-19. Propostas para o Turismo Brasileiro**. Abril 2020. Disponível em:

https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/01.covid19_impactoeconomico_v09_compressed_1.pdf

RIVAS, M. **Innovative Place Brand Management, Re-Learning City Branding**. URBACT-CityLogo final report. 2015. Disponível em

https://urbact.eu/sites/default/files/final_report_urbact_citylogo_2012-2015_miguel_rivas.pdf

WORLD ECONOMIC FORUM. **Here's what travelling could be like after COVID-19**. 06/05/2020. Disponível em <https://www.weforum.org/agenda/2020/05/this-is-what-travelling-will-be-like-after-covid-19>